

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BOTICAS
ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA
29 DE JUNHO DE 2026
NO SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO CONCELHO
N.º 04/2026

MESA DA ASSEMBLEIA: Presidente – Fernando Eirão Queiroga; Paulo Sérgio Pereira Aleixo; Fátima Andreia Ferreira Gonçalves. _____

PRESENCAS: Rui Miguel Reis Pascoal; Carlos Alberto Soares Alves; Luís Alexandre Pereira Lopes; Leandro Amorim Pereira; Susana de Lurdes Reis Costa; Maria Isabel Pereira da Silva Cabral; João Miguel Gonçalves Vieira; Zulmira Olga Ponteira Pereira; Carla Sofia Fernandes Navalha; Sílvio Rua Pereira; Paulo Couto Costa; Maria Cândida Pereira das Eiras; Álvaro Alexandre Rua Sousa Pereira; António Garcia Barroso; Rita Martins Dias da Mó; Magda Pereira Barroso; Alexandre Miguel Pires dos Santos; Profetina da Conceição Alves Barros; José Luís Lopes Domingues. _____

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Odete Cristina Queiroga Moreira; Dinis Vilela Sousa; Nuno Miguel Duarte Teixeira. _____

SECRETARIOU: José Carlos Monteiro da Silva, Chefe da UM - Gabinete de Apoio às Freguesias. _____

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL: António Guilherme Forte Leres Pires, Presidente da Câmara Municipal; Isabel Cristina Gomes Torres, Vice-Presidente; Paulo Miguel Gonçalves Pereira, Hélio Romeu Monteiro Martins, Vereadores. _____

HORA DE ABERTURA: 10.00 horas. _____

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

1.1 Aprovação da ata da sessão ordinária de 20 de abril de 2025; _____

1.2 Assuntos de interesse municipal nos termos do Regimento; _____

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

2.1 Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e financeira nos termos da lei / Apreciação; _____

2.2 Proposta de Protocolo de Atribuição de Subsídio da Câmara Municipal de Boticas à Junta de Freguesia de Beça - Aquisição de Viatura / Aprovação; _____

2.3 Relatório de Gestão e Contas Consolidadas do Município - Ano de 2025 / Aprovação; _____

2.4 Proposta de 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, da Despesa e ao Plano de Atividades Municipais da Câmara Municipal para o Ano de 2026 / Aprovação; _____

2.5 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2026 / Aprovação; _____

2.6 Proposta de alteração da designação da Freguesia de Dornelas para Freguesia de Couto de Dornelas | Pedido de Parecer à Câmara Municipal. _____

Após verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, começando por cumprimentar os membros da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, a Senhora Vice-Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores e todos os presentes. De seguida, deu início ao Período de Antes da Ordem do Dia. _____

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

1.1 Aprovação da ata da sessão ordinária de 20 de abril de 2026; _____

Uma vez que a proposta da ata foi previamente enviada aos membros da Assembleia Municipal, dispensou-se a sua leitura. De seguida foi colocada a ata de 24 de fevereiro de 2026 a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. _____

1.2 Assuntos de interesse municipal nos termos do Regimento; _____

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra para dar conhecimento das ausências verificadas e das respetivas justificações apresentadas. _____

Informou, de seguida, que haviam dado entrada na Mesa duas recomendações, apresentadas nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, bem como uma

moção, entregue imediatamente antes do início da presente sessão. _____

Proseguiu com a leitura da primeira recomendação, apresentada pelo membro da Assembleia Municipal Carlos Alberto Soares Alves, intitulada «Proposta de agendamento de sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Boticas para apresentação da proposta do Plano Diretor Municipal (PDM), em fase de revisão». Concluída a leitura, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que, nos termos do Regimento, o proponente podia apresentar e fundamentar a respetiva recomendação, concedendo-lhe a palavra. _____

No uso da palavra, o membro da Assembleia Municipal Carlos Alberto Soares Alves cumprimentou a Mesa, o Senhor Presidente da Câmara Municipal e os restantes membros da Assembleia, referindo que, após a leitura efetuada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pouco mais teria a acrescentar. Sublinhou, contudo, que todos os membros da Assembleia Municipal seriam chamados, em momento oportuno, a deliberar sobre a revisão do Plano Diretor Municipal, considerando, por isso, conveniente que fossem acompanhando a evolução do processo, sem que tal significasse qualquer interferência nas competências legalmente atribuídas às entidades responsáveis. Acrescentou ainda que, na análise que efetuou à proposta de revisão do Plano Diretor Municipal, verificou que nela não constava qualquer referência à variante a Boticas e à ligação à A24, atualmente também em fase de apreciação pública. Referiu desconhecer se essa omissão resultava de um lapso, de uma opção técnica ou da própria equipa responsável pela revisão do Plano Diretor Municipal, entendendo, contudo, que a questão deveria ser ponderada, por considerar tratar-se de uma matéria relevante para o desenvolvimento futuro do concelho. _____

Terminada a intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu os esclarecimentos prestados e entendeu prestar, antes da votação da recomendação, informação complementar que permitisse aos membros da Assembleia deliberar com maior conhecimento do processo. Nesse âmbito, informou que o procedimento de revisão do Plano Diretor Municipal teve início com

a publicação do Aviso n.º 8875/2019, no *Diário da República*, de 22 de maio de 2019, tendo a Comissão Consultiva sido constituída através do Aviso n.º 9529/2020, publicado em 25 de junho de 2020, integrando igualmente um representante da Assembleia Municipal de Boticas. Prosseguiu, descrevendo as diferentes fases do procedimento de revisão do Plano Diretor Municipal, designadamente os trabalhos de concertação do solo urbano com a CCDR-N, a elaboração da Reserva Agrícola Nacional Bruta, a revisão da Reserva Ecológica Nacional, os pareceres emitidos pelas diversas entidades competentes, a atualização do regulamento, a revisão do património arqueológico e a elaboração do novo mapa de ruído, bem como a realização das reuniões plenárias ocorridas em 13 de maio de 2022 e em 29 de outubro de 2025, nas quais estiveram representados membros da Assembleia Municipal._____

Referiu ainda que, após a ponderação dos pareceres emitidos, incluindo o parecer final da CCDR-N, foi elaborada a versão submetida a discussão pública, cuja abertura foi aprovada, por unanimidade, em reunião da Câmara Municipal realizada em 2 de abril de 2026. Acrescentou que a discussão pública decorreu entre os dias 13 de maio e 25 de junho de 2026, após publicação do Aviso n.º 10219/2026/2, no *Diário da República*, tendo igualmente sido promovida, em 13 de maio de 2026, uma sessão pública de apresentação da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal, durante a qual foram prestados esclarecimentos aos participantes. Concluiu referindo que, terminado o período de discussão pública, seriam analisadas todas as participações recebidas, podendo ser introduzidos ajustamentos à proposta antes da sua aprovação pela Câmara Municipal e posterior submissão à Assembleia Municipal para deliberação, seguindo-se, em caso de aprovação, a respetiva publicação em *Diário da República*. De seguida, o Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra, cumprimentando a Mesa da Assembleia Municipal, os membros da Assembleia, os Senhores Presidentes de Junta, os Senhores Vereadores e os trabalhadores presentes. Relativamente à questão suscitada pelo membro da Assembleia Municipal Carlos Alberto Soares

Alves, esclareceu que a ausência de referência à variante a Boticas e à ligação à A24 na proposta de revisão do Plano Diretor Municipal não resultava de qualquer lapso, mas antes de uma opção deliberada. Explicou que subsistem dúvidas quanto à concretização do projeto associado à exploração de lítio e que a inclusão daquela infraestrutura rodoviária no Plano Diretor Municipal poderia criar constrangimentos ao desenvolvimento do território caso o projeto não viesse a concretizar-se. Acrescentou que a eventual execução da referida via não depende da sua inclusão no Plano Diretor Municipal, razão pela qual foi entendido como mais prudente a sua não integração na proposta em revisão.

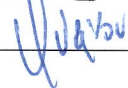
Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a recomendação intitulada «Proposta de agendamento de sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Boticas para apresentação da proposta do Plano Diretor Municipal, em fase de revisão», a qual foi rejeitada por maioria, registando-se dois votos a favor dos membros Carlos Alberto Soares Alves (Independente) e Maria Isabel Pereira da Silva da Veiga Cabral (CHEGA).

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou uma segunda recomendação, igualmente subscrita pelo membro da Assembleia Municipal Carlos Alberto Soares Alves, intitulada «Proposta de agendamento de sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Boticas para apresentação do projeto da variante a Boticas e ligação à A24». Procedeu à leitura integral da recomendação, na qual se referia, em síntese, que o projeto da variante a Boticas e ligação à A24 se encontrava em consulta pública junto da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), decorrendo aquele procedimento até ao dia 17 de julho de 2026, sendo considerada uma infraestrutura estruturante para o concelho. Nessa sequência, era proposto que a Câmara Municipal promovesse uma sessão de apresentação do projeto aos membros da Assembleia Municipal, mediante convite à Savannah Lithium, Lda., permitindo o acompanhamento da evolução do processo pelos eleitos locais. Concluída a leitura, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou o proponente sobre se pretendia apresentar a

recomendação, tendo-lhe concedido a palavra._____

No uso da palavra, o membro da Assembleia Municipal Carlos Alberto Soares Alves referiu que, face aos esclarecimentos anteriormente prestados, ficou claro que a não inclusão da variante na proposta de revisão do Plano Diretor Municipal não resultou de qualquer lapso, mas antes de uma opção assumida pelo Município. Acrescentou, contudo, que o procedimento de Avaliação de Impacto Ambiental se encontrava em consulta pública até ao dia 17 de julho, considerando que aquele era o momento oportuno para o Município apresentar a sua participação. Referiu ainda que já havia apresentado uma participação a título individual e que, por esse motivo, entendia pertinente a aprovação da recomendação, por forma a permitir um maior acompanhamento institucional daquele processo._____

Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal prestou informação complementar sobre o desenvolvimento do processo. Recordou que, na sequência da Declaração de Impacto Ambiental do projeto mineiro, a Agência Portuguesa do Ambiente estabeleceu como condicionante que a exploração da mina apenas poderia iniciar-se caso o projeto do acesso norte, ligando a Carreira da Lebre ao nó de Boticas/Carvalhelhos da A24, obtivesse Declaração de Impacto Ambiental favorável condicionada. Esclareceu que o Município de Boticas vinha acompanhando tecnicamente este processo desde o seu início, participando na apreciação das alternativas de traçado, apresentando propostas de melhoria e colaborando com as diversas entidades envolvidas. Referiu que, em resposta a solicitação da empresa TPF – Consultores de Engenharia e Arquitetura, S.A., responsável pela elaboração do projeto rodoviário e dos respetivos estudos ambientais, os serviços técnicos municipais elaboraram, em 15 de novembro de 2024, uma informação técnica onde manifestaram preferência pela denominada Variante Norte, identificando simultaneamente as condicionantes existentes, as infraestruturas potencialmente afetadas e diversas propostas de melhoria do traçado. Essa informação foi submetida à reunião da Câmara Municipal de 21 de novembro de 2024, tendo merecido aprovação unânime. Acrescentou que,



posteriormente, foram realizadas diversas reuniões técnicas entre a Savannah Lithium, Lda., a TPF – Consultores de Engenharia e Arquitetura, S.A., o Município de Boticas, o Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT) e a Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP), durante as quais foram analisadas e discutidas sucessivas versões do traçado, tendo o Município apresentado diversas sugestões de melhoria. Informou ainda que o processo de Avaliação de Impacto Ambiental entrou em discussão pública em 5 de junho de 2026 e que o Município foi notificado pela Agência Portuguesa do Ambiente, em 15 de junho de 2026, para emissão do respetivo parecer, encontrando-se os serviços municipais a preparar a correspondente informação técnica a submeter à apreciação da Câmara Municipal antes da sua remessa à APA. Concluiu afirmando que eram estes os esclarecimentos complementares que entendia prestar aos membros da Assembleia Municipal antes da apreciação da recomendação._____

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o Município colaborou tecnicamente na definição do traçado da futura variante, apesar de manter a sua oposição ao projeto da Mina do Barroso, salientando que se tratava de matérias distintas. Acrescentou que muitas das soluções introduzidas no projeto resultaram de propostas apresentadas pelo Município, designadamente a manutenção das vias existentes, a construção de obras de arte, aquedutos e viadutos, por forma a minimizar os impactos sobre as populações. Referiu igualmente que todos os pareceres emitidos pelo Município reiteraram expressamente a oposição da Câmara Municipal ao licenciamento e instalação da Mina do Barroso, circunstância que ficou refletida nas deliberações anteriormente aprovadas. Por último, informou que a Agência Portuguesa do Ambiente promoveria, no dia 13 de julho, uma sessão pública de esclarecimento em formato *webinar*, manifestando disponibilidade para facultar o respetivo acesso a todos os interessados._____

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal

submeteu à votação a recomendação intitulada «Proposta de agendamento de sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Boticas para apresentação do projeto da variante a Boticas e ligação à A24», a qual foi rejeitada por maioria, registando-se um voto a favor do membro Carlos Alberto Soares Alves (Independente)._____

De seguida, foi presente uma moção intitulada «As Riquezas de Barroso são do Povo», subscrita pela Senhora Deputada Municipal Zulmira Pereira, eleita pela CDU – Coligação Democrática Unitária, através da qual manifesta a sua oposição ao processo de exploração da Mina do Barroso, defendendo que a exploração dos recursos minerais deve salvaguardar o interesse público, a proteção ambiental, os direitos das populações e a soberania nacional. Refere ainda diversas preocupações relacionadas com os impactes ambientais, sociais e económicos do projeto, bem como com a transparência do processo e o financiamento público associado ao mesmo. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu, de seguida, a palavra à Senhora Deputada Municipal Zulmira Pereira que, após cumprimentar os presentes, procedeu à leitura integral da referida moção, com o seguinte teor: "As riquezas de Barroso são do povo!"; *"Continuam a acumular-se factos relativos ao processo da Mina do Barroso que adensam justas reservas e continuam a motivar a indignação dos que vivem do nosso concelho. Falamos da entrega da nossa riqueza a grupos privados, falamos de processos pouco transparentes, falamos da transferência direta de dinheiros públicos para privados, falamos de decisão das autoridades competentes motivadas apenas por um esforço em dar respaldo aos interesses diretos da empresa privada, como é o caso dos direitos de serventia! Os recursos naturais – entre os quais avultam os minerais – constituem uma reserva fundamental de soberania nacional, pelas riquezas que encerram, pelas possibilidades desenvolvimento tecnológico, económico e bem-estar que oferecem e pela garantia de independência e de segurança nacionais que representam. A Constituição da República Portuguesa consagra, entre os princípios fundamentais da organização económica, a*

propriedade pública dos recursos naturais destacando-se, nas incumbências prioritárias do Estado, a de adotar uma política nacional de energia com a preservação dos recursos naturais e do equilíbrio ecológico. Cabe ao Estado conhecer as potencialidades dos seus recursos, designadamente através de campanhas de prospeção, e garantir um acervo robusto e atualizado de dados, habilitando os seus órgãos legítimos a tomar decisões e os cidadãos a conhecerem-nas. Tais decisões só podem ser tomadas mediante a ponderação informada e transparente dos valores em presença – o do interesse público e a preservação dos recursos naturais, do ambiente e do correto ordenamento do território – e compatibilizando a proteção do ambiente e da qualidade de vida com o aproveitamento nacional dos recursos naturais. É incumbência indeclinável do Estado acautelar, de modo equilibrado e justo, os interesses económicos e a exploração sustentada dos recursos naturais, a preservação do ambiente e a saúde e o bem-estar dos cidadãos. Assim, cabe ao Estado avaliar, em cada caso e em cada momento, as vantagens e os inconvenientes, os impactos positivos ou negativos, em termos de desenvolvimento económico, interesse público, qualidade do ambiente e qualidade de vida das populações decorrentes da exploração dos recursos nacionais, sem qualquer forma de submissão a interesses ou comandos externos, nem mesmo da União Europeia, cujas estratégias não poderão sobrepor-se à defesa do ambiente e aos direitos e interesses das populações. Além da propriedade pública dos recursos naturais, é absolutamente indispensável a intervenção pública no ciclo de prospeção-exploração-comercialização e até de transformação, a fim de que, no quadro de uma política de valorização das potencialidades e da soberania nacional, fique garantido o retorno para o país e sejam efetivamente protegidos os seus interesses. Trata-se de colocar os recursos e a capacidade produtiva nacional a salvo da apropriação de matérias-primas, da exportação dos lucros por grandes grupos económicos estrangeiros e da rapina de rendimentos necessários ao país. O desenvolvimento económico, o interesse público, a defesa do ambiente e os interesses das

populações e da sua qualidade de vida só poderão ser garantidos através de processos conduzidos a partir do Estado, o que impõe a existência de uma entidade pública dotada dos meios técnicos e humanos para realizar campanhas de prospeção e eventuais programas de exploração – sempre que esta seja possível – sem qualquer dependência de interesses alheios, em particular as multinacionais. Conduzidos com vista à prossecução do interesse público, mediante planificação, coordenação, fiscalização e adequado quadro sancionatório, tais processos implicam o envolvimento dos órgãos das autarquias locais e das populações. O lítio é um mineral metálico com importância central nos últimos anos, com uma desenfreada corrida às concessões e um conjunto de decisões precipitadas relativamente à sua exploração. Sucessivos Governos entregaram às multinacionais mineiras um conjunto de processos de mineração de lítio, incluindo Boticas (Covas de Barroso, Dornelas e Vilar e Viveiro), além de mais de uma centena de contratos para a prospeção e pesquisa de minerais metálicos, justamente contestados pelas populações e pelas autarquias. Destaca-se, como exemplo significativo, o da ampliação da chamada Mina do Barroso, que em abril de 2023 conheceu a decisão favorável da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) relativa à respetiva avaliação de impacto ambiental (AIA), depois de, em junho de 2022, a mesma autoridade ter proferido um parecer desfavorável, tendo em conta os "impactes negativos significativos, designadamente ao nível de recursos hídricos, sistemas ecológicos, paisagem e socioeconómica". De facto, a Comissão de Avaliação (CA) do pedido de aumento da área de concessão para 593 hectares e de exploração de 71 ha apresentado pela multinacional britânica Savannah enumerava impactos sobre os recursos hídricos superficiais e subterrâneos que o EIA desvalorizava, ao referir "simplesmente, sem qualquer tipo de sustentabilidade técnica, que a exploração da Mina do Barroso não vai colocar em causa o estado das massas de água". A avaliação salientava também, "em particular" quanto aos ecossistemas, "os impactes sobre valores naturais ameaçados" (receia-se a destruição de habitat de espécies como o azevinho, o

sobreiro e o mexilhão-de-rio) e, ao nível da paisagem, que "a área prevista explorar insere-se integralmente no interior da 'Área do Barroso', classificada como Património Agrícola Mundial pela Unesco", e impactos ao nível socioeconómico, alguns dos quais "até irreversíveis e não minimizáveis". O documento apontava ainda impactos negativos sobre o património, emissões de partículas, poluição sonora/ruído e a falta de caracterização adequada da perigosidade dos resíduos de extração. A maioria dos pareceres recolhidos na fase de consulta pública – particularmente os do Município de Boticas e das populações locais – vai no sentido da decisão da Agência Portuguesa do Ambiente nos termos que acima se refere. Naquela altura já era possível encontrar elementos indiciando a incompatibilidade entre os interesses locais/nacionais e a autorização de ampliação da área concessionada. Nomeadamente o contraste entre a abundância das promessas da empresa e a escassez dos mecanismos de fiscalização e inspeção pelo Estado Português, bem como a desconsideração pela propriedade comunitária no local (pertencente à Comunidade Local dos Baldios de Covas do Barroso). Na sequência do parecer desfavorável, a empresa apresentou, em março de 2023, um novo EIA relativo ao projeto modificado de "Ampliação da Mina do Barroso", cujas principais alterações eram de natureza quantitativa, com o aumento do número de documentos apresentado (1776 ficheiros para consulta pública), da participação no processo de Consulta Pública (916 participações), a par de mais contestação pública e de maior conflito com os baldios. No entanto, mantiveram-se as omissões e as fragilidades do processo. Perante impactos negativos muito significativos, a empresa afirma existirem soluções viáveis, mas que não fundamenta adequadamente. Alguns exemplos: Recursos Hídricos – A empresa afirma que os reservatórios de água permitirão suprir – na versão alterada – as necessidades de água de todas as atividades da Mina do Barroso, especialmente na lavaria, que são muito significativas, na ordem do meio milhão de metros cúbicos por ano. Por seu lado, a CA afirma que, apesar das modificações, o projeto continua a ter impacto significativo nos recursos hídricos,

que resultarão na inevitável destruição de habitats ripícolas bem conservados, para além de ter "reservas quanto às disponibilidades hídricas para manter a vegetação a jusante da exploração e, sobretudo, os lameiros e as sebes vivas", prevendo um impacto negativo no Sistema Agro-Silvo-Pastoril do Barroso.

Paisagem, acessos a construir e novos impactos – A empresa apresenta um Estudo Preliminar de um novo acesso a construir para ligar Carreira da Lebre ao Nó de Boticas/Carvalhelhos da A24, com vista a minorar impacto nas populações vizinhas. A CA valoriza a medida, mas alerta que o novo acesso, pela sua dimensão, constitui por si só uma obra sujeita a avaliação de impacte ambiental, e que uma parte muito significativa do traçado "com aterros e escavações pronunciadas, atravessa áreas agrícolas de muito elevado valor cénico".

Resíduos – A Savannah propõe criar uma instalação de rejeitados (TSF) dedicada. A CA considera que tal "reduz a probabilidade de contaminação do solo a partir dos resíduos provenientes da lavaria", mas, estranhamente, deixa cair a exigência anterior de melhor estudo sobre a caracterização da perigosidade desses resíduos, incluindo os inertes que continuarão a ser depositados em escombreira. É neste contexto que a CA emite um parecer favorável, embora condicionado a medidas mitigadoras e a condicionantes diversas, que se encontram em fase de desenvolvimento. O processo da Mina do Barroso comprova que, enquanto não for garantida capacidade e autonomia do Estado, é elevado o risco de ocorrência de situações em que o interesse nacional e os direitos e interesses das populações são relegados para segundo plano, permitindo o saque aos recursos nacionais e a exportação dos lucros por multinacionais. A constituição de servidão administrativa alarga significativamente a área de prospeção associada aos projetos da Savannah Lithium Unipessoal. Em causa estão baldios e terrenos agrícolas classificados. Esta decisão do Governo é uma afronta à população de Covas do Barroso que há anos leva a cabo uma luta intensa contra a exploração da «Mina do Barroso» para a extração de Lítio e outros minerais que, por tudo o que se conhece do processo, beneficia sobretudo o capital estrangeiro a quem o

Estado entregou um dos maiores depósitos de Lítio da Europa, sem acautelar minimamente os interesses nacionais e a vida das populações. Todo este processo, à semelhança de outros em que as multinacionais se apropriaram e apropriam dos recursos do País, está a decorrer sem ter em conta os interesses das populações que encontraram nos governos não um agente de defesa do território, mas um promotor dos interesses da Savannah Lithium, incluindo com a entrega de dezenas de milhões de euros de dinheiros públicos. Este ano foi anunciada a atribuição de um apoio financeiro Savannah Resources de 110 milhões de euros pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), em representação do Estado, para a mina de lítio do Barroso. Uma vergonha! Já não bastava entregar os nossos minerais, ainda por cima o Estado Português paga, e bem, à empresa privada para explorar a nossa riqueza! Com 110 milhões de euros, o que não seria possível de fazer em prol da população de Boticas e de Covas do Barroso! Habitação, Serviço nacional de Saúde, Estradas, Transportes públicos, Lares 3ª idade, Escolas, enfim, tanto que faz imensa falta! Considerando as questões acima expostas, a Assembleia Municipal de Boticas, reunida em 29 de Junho de 2026, delibera: - Manifestar a sua oposição ao processo de exploração da Mina do Barroso pela empresa Savannah Resources; - Num contexto em que as concessões são determinadas pelos interesses das multinacionais mineiras, a suspensão imediata do processo relativo à exploração de lítio em Covas do Barroso. - Enviar cópia da moção ao Sr. Primeiro-Ministro, ao Sr. Presidente da Assembleia da República e a todos os Grupos Parlamentares; Boticas, 29 de Junho de 2026; A Eleita da CDU – Coligação Democrática Unitária”.

Concluída a leitura da moção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal retomou a palavra, referindo que a Senhora Deputada Municipal Zulmira Pereira, eleita pela CDU – Coligação Democrática Unitária, havia manifestado, através da moção apresentada, a sua oposição ao processo de exploração da Mina do Barroso pela empresa Savannah Resources. Recordou, contudo, que a Assembleia Municipal já havia aprovado, por unanimidade, no mandato anterior, uma moção

de oposição ao referido projeto mineiro. Esclareceu ainda que a referência constante da moção ao eventual apoio financeiro de cento e dez milhões de euros dizia respeito a uma candidatura apresentada diretamente pela empresa Savannah Resources a financiamento europeu, não correspondendo, por isso, a uma verba atribuída diretamente pelo Governo Português._____

Não se registando mais intervenções nesta fase, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a moção «As Riquezas de Barroso são do Povo» à votação da Assembleia Municipal, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com um voto contra do membro Carlos Alberto Soares Alves (Independente)._____

Após a votação, o membro da Assembleia Municipal Carlos Alberto Soares Alves solicitou a palavra para apresentar a respetiva declaração de voto, informando igualmente que faria chegar a sua versão escrita posteriormente. Autorizado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, referiu que votara contra a moção por ter tomado conhecimento de que o Ministério do Ambiente havia apresentado uma resolução fundamentada reafirmando o interesse público do projeto, na sequência do processo judicial relativo ao pedido de suspensão provisória das obras em curso no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela. Acrescentou que essa circunstância fundamentava o seu sentido de voto, solicitando que a respetiva declaração ficasse exarada em ata._____

De seguida, a Senhora Deputada Municipal Isabel Pereira Cabral, eleita pelo CHEGA, pediu a palavra para apresentar oralmente a sua declaração de voto. Após cumprimentar os presentes, referiu que, independentemente do que vinha sendo divulgado na comunicação social, persistiam dúvidas quanto à transparência do processo, designadamente no que respeita aos contratos celebrados e à classificação atribuída ao projeto pelas instituições europeias. Defendeu igualmente que a Câmara Municipal de Boticas deveria promover uma conferência de âmbito nacional dedicada à exploração do lítio, convidando especialistas e instituições científicas, de forma a proporcionar um debate técnico e esclarecido sobre as vantagens e desvantagens do projeto. Esclareceu ainda que a

classificação do Barroso como património agrícola mundial é atribuída pela FAO e não pela UNESCO, concluindo a sua intervenção com o apelo à realização dessa iniciativa. _____

Retomando a palavra, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal salientou que todas as opiniões mereciam respeito, recordando, contudo, que a oposição ao projeto da Mina do Barroso constitui uma posição assumida há vários anos pelos órgãos autárquicos do concelho. Sublinhou o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal, pela Assembleia Municipal, pelas Juntas de Freguesia e pelas restantes entidades locais na defesa dos interesses das populações, agradecendo, em particular, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e ao Executivo Municipal pelo empenho demonstrado ao longo deste processo. _____

Por último, foi concedida a palavra ao membro da Assembleia Municipal Paulo Aleixo, que justificou o sentido de voto do Grupo Municipal do PSD. Referiu que o voto favorável à moção resultava de uma posição de coerência política, porquanto aquele Grupo Municipal já havia apresentado e aprovado anteriormente uma moção de conteúdo semelhante. Quanto às recomendações apreciadas no início da sessão, esclareceu que o voto contra não decorreu do respetivo conteúdo, mas antes da circunstância de entenderem que tais matérias já se encontravam a ser acompanhadas e tratadas pelo Município, razão pela qual consideravam não existir oportunidade para a sua aprovação naquele momento. _____

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

2.1 Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e financeira nos termos da Lei / Apreciação; _____

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberto o período de apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e financeira, elaborada nos termos da lei, convidando os membros da Assembleia Municipal a inscreverem-se para uso da palavra. _____

Inscreveu-se para intervir o membro da Assembleia Municipal Paulo Sérgio Pereira Aleixo, a quem foi concedida a palavra. _____

No uso da palavra, Paulo Sérgio Pereira Aleixo referiu que o Grupo Municipal do PSD pretendia deixar uma palavra de reconhecimento pelo trabalho evidenciado na informação da atividade apresentada. Considerou que o documento demonstra uma intervenção abrangente dos serviços municipais em diversas áreas fundamentais para o concelho, destacando o investimento contínuo na educação e na ação social, através da manutenção de programas de apoio às famílias, às crianças e aos idosos, bem como o reconhecimento nacional alcançado pelo Município com a atribuição da Bandeira de Mérito Social 2026, distinção que, no seu entender, prestigia o concelho de Boticas. Destacou igualmente o trabalho desenvolvido na valorização do património cultural e arqueológico, designadamente através da inauguração da Casa das Memórias de Bobadela, do acompanhamento dos projetos de valorização dos Castros de Carvalhelhos e do Outeiro do Lesenho, bem como da promoção cultural e turística do concelho. Referiu ainda a importância do trabalho desenvolvido na preparação e acompanhamento de candidaturas a fundos comunitários, essencial para assegurar investimento no território, bem como a execução e fiscalização de diversas empreitadas municipais, designadamente a requalificação do Estádio Municipal, da envolvente da EN312, do Largo do Cruzeiro, do Centro de Saúde e de vários espaços públicos. Salientou também o trabalho realizado nas áreas do ambiente, da proteção civil, da gestão florestal e da defesa da floresta contra incêndios, matérias que considerou especialmente relevantes para um concelho com as características de Boticas. Por último, destacou o apoio prestado às freguesias, ao movimento associativo e às restantes instituições do concelho, referindo que o Grupo Municipal do PSD valoriza tudo aquilo que represente progresso para o concelho e melhoria da qualidade de vida dos botiquenses. Concluiu afirmando que é nesse espírito que analisam a informação apresentada, reconhecendo o mérito do trabalho desenvolvido, sem deixar de exercer uma oposição responsável, exigente e construtiva, procurando que cada investimento se traduza em benefícios concretos para a população._____

Concluída a intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia agradeceu as palavras proferidas e concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por cumprimentar os membros do Executivo Municipal, sublinhando a responsabilidade partilhada de todos os Vereadores na gestão do Município. Agradeceu igualmente as palavras proferidas pelo membro da Assembleia Municipal e aproveitou a oportunidade para felicitar a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Boticas pela comemoração do seu 55.º aniversário, enaltecendo o serviço prestado à população e o orgulho que representa para o concelho. Destacou, de seguida, diversas iniciativas entretanto desenvolvidas, nomeadamente a realização do Encontro do Idoso, a VIII Mostra de Teatro de Boticas, felicitando a Associação Fórum Boticas pela organização de mais uma edição das «Cenas de Maio», a inauguração da Casa das Memórias de Bobadela, bem como o andamento de diversas empreitadas municipais e novos investimentos previstos. Entre estes, salientou a requalificação do espaço público da vila de Boticas, a requalificação da Praça do Município, a conclusão da intervenção no piso -1 dos Paços do Concelho, a ampliação do Pavilhão Multiusos e o desenvolvimento do projeto da futura Ponte de Veral. Relativamente a esta última, informou que, juntamente com a Presidente da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar, reuniu em Lisboa com o Senhor Secretário de Estado do Ambiente, tendo sido acordada a disponibilização de 4,2 milhões de euros para a concretização daquela infraestrutura. Reconheceu que esse montante poderá não ser suficiente para a execução integral da obra, mas assegurou que continuará a diligenciar no sentido da sua concretização, considerando que a Ponte de Veral constitui um símbolo de resistência, de resiliência e de ligação entre as comunidades situadas em ambas as margens. Prestou igualmente informação sobre os apoios municipais atribuídos ao setor agrícola, referindo que, no âmbito da pecuária, foram investidos 65.276,50 euros, correspondendo a uma média de

cerca de 203 euros por candidatura. No apoio à Raça Barrosã, indicou um investimento de 48.000 euros, distribuído por 49 candidaturas, correspondente a uma média aproximada de 980 euros por candidatura. Quanto ao apoio à apicultura, informou que foram atribuídos cerca de 9.000 euros, abrangendo 21 candidaturas e aproximadamente 3.000 colmeias, o que representa uma média de cerca de 418 euros por candidatura._____

2.2 Proposta de Protocolo de Atribuição de Subsídio da Câmara Municipal de Boticas à Junta de Freguesia de Beça - Aquisição de Viatura / Aprovação; _____

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para apresentação da proposta. No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a proposta resultava da necessidade de substituição da viatura utilizada no transporte das crianças do Jardim de Infância de Beça, uma vez que o veículo atualmente afeto a esse serviço já não reunia as condições legais necessárias para continuar a circular, atendendo à respetiva antiguidade. Acrescentou que, considerando os limitados recursos financeiros da Junta de Freguesia de Beça e a importância de assegurar o transporte das crianças em condições de segurança, o Município entendeu atribuir um apoio financeiro destinado à aquisição de uma nova viatura. Não se registando pedidos de esclarecimento nem outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a Proposta de Protocolo de Atribuição de Subsídio da Câmara Municipal de Boticas à Junta de Freguesia de Beça – Aquisição de Viatura, a qual foi aprovada por unanimidade._____

2.3 Relatório de Gestão e Contas Consolidadas do Município - Ano de 2025 / Aprovação; _____

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou se algum dos membros da Assembleia Municipal pretendia usar da palavra sobre o presente ponto da ordem de trabalhos. Não se tendo registado qualquer inscrição, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para apresentação do Relatório

de Gestão e Contas Consolidadas do Município – Ano de 2025. _____

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o relatório apresentado reflete o trabalho desenvolvido ao longo do ano, traduzindo de forma rigorosa a situação económica, financeira e patrimonial do grupo autárquico. Esclareceu que o documento foi elaborado em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), cumprindo todas as exigências legais aplicáveis à consolidação de contas, sendo apresentado nesta fase do ano por ser necessário aguardar que as entidades participadas aprovelem previamente as respetivas contas. Prosseguiu referindo que o exercício de 2025 decorreu num contexto internacional particularmente exigente, marcado pela instabilidade geopolítica, pela pressão inflacionista, pelos desafios energéticos e pelas dificuldades sentidas a nível europeu, nacional, regional e municipal. Apesar desse enquadramento, salientou que o Município de Boticas manteve uma gestão prudente, responsável e orientada para a defesa do interesse público e da qualidade de vida da população. Relativamente ao perímetro de consolidação, destacou a integração da EHTB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A. No plano económico-financeiro, informou que o Município apresentou, em 2025, um ativo total de 69,5 milhões de euros, um património líquido de 66,1 milhões de euros e um passivo de 3,4 milhões de euros, valores que, no seu entendimento, evidenciam uma estrutura financeira sólida e equilibrada. Acrescentou que o resultado consolidado do exercício foi positivo, ascendendo a 674 mil euros, demonstrando a capacidade do Município para assegurar a sustentabilidade da sua atividade e cumprir os respetivos compromissos. Referiu igualmente que, no ativo, assumem especial relevância os ativos fixos tangíveis, que representam a maior parcela do património municipal, bem como o reforço da tesouraria, traduzido em disponibilidades no montante de 9,7 milhões de euros no final do exercício, indicadores que refletem uma gestão cuidada dos recursos públicos e uma permanente preocupação com a liquidez e a estabilidade financeira. Ao nível dos rendimentos, informou que se verificou um

crescimento global relativamente a 2024, atingindo 14,3 milhões de euros, impulsionado sobretudo pelo aumento das transferências, dos subsídios correntes e de outros rendimentos, enquanto os gastos totais se fixaram em 3,6 milhões de euros, registando uma ligeira redução face ao exercício anterior. Acrescentou ainda que a execução orçamental consolidada confirma igualmente uma evolução positiva, evidenciando um resultado favorável da receita efetiva e a manutenção de um saldo global positivo, circunstâncias que demonstram a capacidade do Município para executar o orçamento com rigor, responder às necessidades da população e prosseguir o investimento no desenvolvimento do concelho. Concluiu afirmando que o exercício de 2025 confirma uma situação financeira sólida, uma gestão equilibrada e uma atuação responsável, orientada para o desenvolvimento sustentável do território e para o bem-estar da população, submetendo, por isso, o relatório à apreciação da Assembleia Municipal._____

Concluída a apresentação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou se algum dos membros pretendia formular pedidos de esclarecimento, observações ou outras intervenções._____

Não se tendo registado qualquer intervenção, submeteu à votação o Relatório de Gestão e Contas Consolidadas do Município – Ano de 2025, o qual foi aprovado por unanimidade._____

2.4 Proposta de 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, da Despesa e ao Plano de Atividades Municipais da Câmara Municipal para o Ano de 2026 / Aprovação; _____

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de apreciação da Proposta de 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, da Despesa e ao Plano de Atividades Municipais da Câmara Municipal para o Ano de 2026, recordando que a respetiva documentação havia sido previamente disponibilizada a todos os membros da Assembleia Municipal. De seguida, questionou se algum dos presentes pretendia formular pedidos de esclarecimento, observações ou usar da palavra. Não se tendo registado qualquer intervenção,

J. J. J. J.

concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. _____

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a presente alteração modificativa resulta da necessidade de incorporar no orçamento municipal a totalidade do saldo de gerência apurado no exercício de 2025, no montante de 9.408.339,62 € (nove milhões, quatrocentos e oito mil, trezentos e trinta e nove euros e sessenta e dois cêntimos). Esclareceu ainda que, aquando da anterior alteração orçamental, apenas havia sido incorporada parte desse saldo, pelo que se torna agora necessário proceder à integração do remanescente. Acrescentou que o saldo de gerência decorre da diferença entre a receita efetivamente cobrada e a despesa efetivamente paga no exercício anterior, constituindo um excedente cuja incorporação no orçamento municipal se revela necessária para permitir a sua utilização na execução das atividades e investimentos previstos para o ano de 2026. _____

Concluída a apresentação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a questionar se algum dos membros pretendia formular pedidos de esclarecimento ou outras observações. Não se tendo registado qualquer intervenção, submeteu à votação a Proposta de 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, da Despesa e ao Plano de Atividades Municipais da Câmara Municipal para o Ano de 2026, a qual foi aprovada por unanimidade. _____

2.5 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2026 / Aprovação; _____

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de apreciação da 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2026, recordando que a respetiva documentação havia sido previamente disponibilizada a todos os membros da Assembleia Municipal. De seguida, questionou se algum dos presentes pretendia formular pedidos de esclarecimento ou usar da palavra. Não se tendo registado qualquer intervenção, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. _____

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a presente alteração ao Mapa de Pessoal decorre da necessidade de reforçar os

recursos humanos do Município, atendendo, por um lado, à previsível aposentação de alguns trabalhadores e, por outro, ao acréscimo de competências que têm vindo a ser transferidas para os municípios. Acrescentou que a proposta contempla o recrutamento de novos técnicos superiores e assistentes técnicos, tendo sido elaborada com base nas necessidades identificadas pelas respetivas Divisões e Unidades Municipais, de forma a assegurar o normal funcionamento dos serviços e a resposta adequada às atribuições e competências do Município._____

Concluída a apresentação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou se algum dos membros pretendia formular pedidos de esclarecimento ou outras observações. Não se tendo registado qualquer intervenção, submeteu à votação a 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2026, a qual foi aprovada por unanimidade._____

2.6 Proposta de alteração da designação da Freguesia de Dornelas para Freguesia de Couto de Dornelas | Pedido de Parecer à Câmara Municipal;

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que foi presente à Assembleia Municipal o processo relativo à Proposta de alteração da designação da Freguesia de Dornelas para Freguesia de Couto de Dornelas, para apreciação, no âmbito do procedimento administrativo tendente à alteração da designação da freguesia. Esclareceu que o processo se encontrava devidamente instruído com os documentos e deliberações dos órgãos da Freguesia legalmente exigidos, considerando estarem reunidas as condições para a respetiva apreciação pela Assembleia Municipal._____

De seguida, foi concedida a palavra à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Dornelas, que começou por cumprimentar os presentes e agradecer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o empenho e o apoio prestados na instrução do processo. Esclareceu que a iniciativa tinha como finalidade recuperar e repor a designação histórica de «Couto de Dornelas», pela qual a freguesia e a respetiva população continuam tradicionalmente a ser conhecidas, recordando a expressão popular «os do Couto». Referiu igualmente que não foi possível apurar a data nem

as circunstâncias em que a designação «Couto» deixou de integrar oficialmente o nome da freguesia, apesar de a mesma permanecer presente na memória coletiva da população e em diversos elementos históricos e documentais, designadamente selos, carimbos, memórias paroquiais, registos e assentos de casamento. Sublinhou que a recuperação daquela designação representa um ato de valorização da história, da identidade e do património imaterial da freguesia, constituindo igualmente um compromisso assumido no início do respetivo mandato. Acrescentou tratar-se de uma iniciativa com especial significado pessoal e para toda a população da freguesia, solicitando, por isso, o apoio dos membros da Assembleia Municipal à continuidade do procedimento.

Seguidamente, tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, que reconheceu a relevância histórica e identitária da iniciativa, manifestando o apoio do Executivo Municipal à reposição da designação «Couto de Dornelas» e referindo que a Câmara Municipal apreciará oportunamente o processo, no âmbito das competências que lhe são legalmente atribuídas.

Retomando a palavra, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal salientou que a alteração proposta visa repor uma designação historicamente associada à freguesia e profundamente enraizada na identidade da respetiva população. Acrescentou que uma deliberação unânime da Assembleia Municipal constituiria um importante reforço institucional para o prosseguimento do procedimento.

Concluída a discussão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a proposta de solicitar à Câmara Municipal a emissão do respetivo parecer sobre a Proposta de alteração da designação da Freguesia de Dornelas para Freguesia de Couto de Dornelas, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, solicitar à Câmara Municipal a emissão do referido parecer, para efeitos de prosseguimento do respetivo procedimento administrativo.

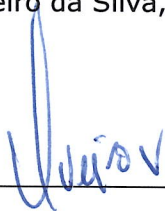
Encerramento da Reunião e Aprovação da Minuta da Ata.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propôs

a aprovação em minuta da presente ata, considerando a necessidade de assegurar a eficácia imediata das deliberações tomadas. Submetida a votação, a minuta da ata foi aprovada por unanimidade. _____

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, eram 11:25 horas. _____

Para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Fernando Eirão Queiroga, e por mim, José Carlos Monteiro da Silva, que a elaborei.


_____